

NOME DA PRÁTICA

875. TRT13 EM MOVIMENTO

LOCALIDADE

João Pessoa / PB

AUTOR(ES)

Tribunal

DATA DA SUBMISSÃO

08/05/2023

CATEGORIA

Tribunal

NOME DO TRIBUNAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª
REGIÃO

NOME DO PRESIDENTE

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE

TELEFONE DO PRESIDENTE

(83) 999933577

NOME DO MAGISTRADO

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE

E-MAIL DO MAGISTRADO

TOANDRADE@TRT13.JUS.BR

TELEFONE DO MAGISTRADO

(83) 999933577

NOME DO RESPONSÁVEL

HYDERLANDSON COELHO DA COSTA

CARGO DO RESPONSÁVEL

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

TELEFONE DO RESPONSÁVEL

(83) 991146601

E-MAIL DO RESPONSÁVEL

hccosta@trt13.jus.br

ASSUNTO PREPONDERANTE

Proteção de direitos das minorias

ENDEREÇO

Rua Corálio Soares de Oliveira, S/N, Centro,
João Pessoa, PB

PRÁTICA JÁ APRESENTADA?

Não

EM FUNCIONAMENTO DESDE

01/2023

WHATSAPP

(83) 999933577 - THIAGO OLIVEIRA ANDRADE

FACEBOOK

facebook.com/trt.pb

INSTAGRAM

@trt13paraiba

YOUTUBE

@TRT13AOVIVO

TWITTER

@trt13pb

DESCRIÇÃO RESUMIDA

O projeto “TRT13 em Movimento” é uma iniciativa do Tribunal, com objetivo de realizar ações que promovam a justiça social do trabalho e os direitos humanos fundamentais em regiões periféricas de João Pessoa e cidades do interior da Paraíba, com foco nas comunidades vulneráveis, especialmente as quilombolas e indígenas. A ação parte dos princípios do “Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos”, o qual, instituído pelo CNJ, “consiste na adoção de medidas variadas voltadas para a concretização dos direitos humanos no âmbito do Poder Judiciário”. Nesse sentido, o projeto busca tornar o TRT13 um instrumento de promoção e valorização dos direitos de adolescentes, jovens e adultos que residem naqueles territórios. A partir de uma perspectiva dialógica, uma equipe interdisciplinar do Tribunal realiza um processo de escuta ativa com lideranças comunitárias do território visitado, a fim de compreender o cenário social daquele espaço. Em seguida, inicia-se o processo de mobilização institucional dos servidores, oriundos das mais diversas áreas, para organização de uma programação voltada para a comunidade. No que concerne ao “movimento”, profissionais da área de saúde, do setor de informática, da segurança e dos serviços jurisdicionais produzem um roteiro de atividades a serem desenvolvidas - de forma simultânea - em diferentes espaços físicos da região beneficiada, a exemplo de escolas, associações, terreiros e demais locais disponibilizados pelas lideranças comunitárias. Para a consecução dessas ações, é mister ressaltar também a importância das parcerias com instituições estratégicas, a exemplo da Universidade Federal da Paraíba e do Centro de Integração Empresa-Escola, as quais contribuem para garantir os processos formativos e de empregabilidade. Todo esse conjunto de medidas geram um movimento integralizador humanizado, confraternal e empático, produzindo uma frutífera integração dialógica e propositiva entre o TRT13 e as comunidades participantes.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO

Conhecer a estrutura e o funcionamento do Sistema de Justiça do Trabalho é um desafio para a maioria da população brasileira e mais notadamente para as pessoas pertencentes aos povos e comunidades tradicionais. Tal distanciamento apresenta-se para o TRT13 como um problema a ser tratado, considerando-se o seu compromisso político. Assim, com base no conceito adotado pela OIT, compreende-se que a justiça social opera quando homens e mulheres a ela tenham acesso e possam reivindicar livremente seus direitos, com igualdade de oportunidades, tendo, desse modo, a justa oportunidade de participar da riqueza que ajudou a produzir. Nesse contexto, orienta-se pelo princípio que, para reivindicar, é necessário conhecer o Sistema de Justiça e que desconhecê-lo é um problema a ser enfrentado. Essa questão agrava-se em relação aos povos e comunidades tradicionais, os quais historicamente não usufruem do direito à formação profissional e à empregabilidade. De acordo com os dados do IBGE, a Paraíba, em 2021, exibia o quarto maior percentual do país para jovens desempregados e sem estudo. A pesquisa também mostra que, dos jovens de 15 a 29 anos, aproximadamente 35,1% não estudavam, nem trabalhavam. Esse cenário é ainda marcado pela dificuldade de os jovens terem acesso ao direito à aprendizagem e às oportunidades dignas no mundo do trabalho. É importante salientar que, até o início da implantação do projeto, as comunidades tradicionais locais não tinham recebido iniciativas voltadas para promoção dos direitos humanos no âmbito da Justiça Social do Trabalho. Desse modo, antes das ações executadas pelo TRT13, tais territórios enfrentavam o obstáculo do não acesso às informações sobre direitos, estrutura e funcionamento do Sistema de Justiça, bem assim a serviços básicos, o que tem sido atenuado pelo órgão por meio do seu “movimento” em direção à sociedade, quando deixa o encastelamento do seus prédios para alcançar a população mais vulnerável em seus espaços.

QUAL A PRINCIPAL INOVAÇÃO DA SUA PRÁTICA?

O TRT13 em Movimento inova por realizar ações de aproximação entre o Tribunal - instituição integrante do Sistema de Justiça - e o segmento populacional mais vulnerável social e economicamente, com destaque para as comunidades e povos tradicionais da Paraíba. A iniciativa busca organizar um roteiro de atividades voltadas para as demandas sociais enfrentadas por essa parcela da sociedade. Nesse contexto, a adoção de um “processo de escuta ativa” apresenta-se como uma nova prática relevante, uma vez que viabiliza o planejamento mais adequado de ações com base em um diagnóstico prévio, produzido como resultado dos diálogos com as lideranças comunitárias. Ademais, a ocupação dos territórios em situação de vulnerabilidade possibilita a integração entre seus moradores e os diferentes servidores do Tribunal e parceiros institucionais, o que também contribui com o processo de humanização e troca de conhecimentos entre o TRT13 e a população do Estado. A esse respeito, é preciso ressaltar a relevância das parcerias com instituições estratégicas, dado que têm gerado resultados profícuos para a população, a exemplo da contratação de adolescentes e jovens nas empresas locais, articulada com o apoio do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Dessa forma, esse conjunto de medidas revela-se como uma importante estratégia que anuncia uma maior integração com a população e um mais amplo acesso ao Sistema de Justiça.

EXPLIQUE COMO SUA PRÁTICA CONTRIBUI PARA O APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

O “TRT13 em Movimento” contribui para minimizar o problema de acesso ao Sistema de Justiça pela população mais vulnerável da Paraíba, sobretudo, os povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, com base nas diferentes ações realizadas, a iniciativa possibilita ao Tribunal e seus parceiros institucionais aproximarem-se das demandas sociais mais urgentes e necessárias, tendo como foco as pessoas e coletivos marcados pela dificuldade econômica e pela desigualdade étnico-racial. Outrossim, é mister salientar que a ação contribui para o enfrentamento do racismo estrutural e estruturante, o qual deve ser considerado um problema grave e enfrentado por meios de ações mobilizadoras, envolvendo uma ampla rede institucional. Por meio dessas práticas, o TRT13 viabiliza a abordagem a tais questões, especialmente as do mundo do labor, ao realizar ações articuladas, acolhedoras e empáticas em relação aos problemas sociais das comunidades beneficiadas. Finalmente, deve-se salientar a dimensão educativa e a valorização do processo de aprendizagem, as quais contribuem para o enfrentamento do desemprego e subemprego característicos dos territórios onde o projeto realiza suas ações.

COMO SUA PRÁTICA ATUA NA DEFESA DA DEMOCRACIA E DO ESTADO DE DIREITO?

O projeto tem possibilitado a democratização do espaço e do acesso ao Sistema de Justiça, mais notadamente no TRT13, em relação aos povos e comunidades tradicionais. Partindo do princípio que democracia pode ser entendida como a possibilidade de viver o espaço público de forma digna e igualitária, o “TRT13 em Movimento” promove a realização de práticas extramuros, garantido uma aproximação mais horizontalizada e acolhedora. Tais princípios, fundamentados na lógica do Estado Democrático de Direito, fortalecem o compromisso ético com a justiça social, assegurando a dimensão educadora e institucionalmente responsável pelo enfrentamento às assimetrias historicamente existentes na relação entre a instituição e as pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social.

EXPLIQUE COMO OCORREU O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA PRÁTICA.

O Projeto “TRT13 em Movimento” vem sendo executado a partir de etapas: 1) Escuta ativa; 2) Mobilização Institucional; 3) Mobilização Comunitária; 4) Planejamento da Infraestrutura; 5) Realização; 6) Avaliação da Realização. No processo da escuta ativa da comunidade beneficiada pelo projeto, a equipe do TRT13 produz uma programação que atenda a maioria dos anseios dessa população. No que se refere ao processo de mobilização institucional, a coordenação do projeto busca articular a participação dos servidores e instituições parceiras para garantir a efetivação do roteiro de atividades definido na etapa anterior. Já no processo de mobilização comunitária, as lideranças empenham-se em divulgar o roteiro da programação para os membros da comunidade, buscando garantir a participação dos diferentes segmentos sociais. O planejamento infraestrutural, por sua vez, refere-se às escolhas dos espaços onde as mais diferentes ações devem acontecer. A etapa de realização acontece com a participação de toda a comunidade envolvida, dos servidores do TRT13 e dos parceiros institucionais, tornando o evento um acontecimento demarcador de uma ação coletiva. Finalmente, a fase de avaliação é realizada por todos os integrantes da equipe. É importante registrar que as próprias comunidades tornam-se cenário para as aulas/palestras/serviços, que de forma técnica e, muitas vezes, lúdica apresentam as vivências para produção de conhecimento e de oportunidades, e ainda mais de exercício da democracia cidadã. Por fim, é relevante sublinhar que esse processo vem sendo marcado pela constatação de ausência de oportunidades para toda a comunidade, carência de toda ordem , médica, capacitação, formação ética e cidadã, emprego, oportunidades, violência doméstica, problemas com drogas, entre outras.

QUAIS OS FATORES DE SUCESSO DA PRÁTICA?

O Projeto “TRT13 em Movimento” vem conquistando espaços cada vez mais legítimos no cenário local. A partir da sua execução, assistimos à produção de uma rede mobilizadora de instituições governamentais e não governamentais. Com base nos dados da primeira edição, as ações formativas foram destinadas a 148 (cento e quarenta e oito) trabalhadoras e trabalhadores da Associação Comunitário Agrícola de Muçumagro (ACAM), 1.200 (mil e duzentos) alunos e alunas da Escola Municipal Quilombola Professora Antônia do Socorro Silva Machado, alunos do fundamental I dos 4º e 5º anos e do fundamental II do 6º ao 9º ano. Do total de participantes, cinco foram contratados na condição de aprendiz, em João Pessoa. No que concerne ao processo de avaliação do projeto, os dados também foram muito animadores e revelaram os impactos sociais positivos do projeto no cotidiano dos jovens e adolescentes. Realizado de forma contínua em várias vertentes, o processo foi composto pelas etapas de autoavaliação (realizadas nas reuniões internas no Tribunal), avaliação dos participantes (realizadas na finalização do processo formativo na Escola e nas Associações) e avaliação dos parceiros (realizadas no processo formativo e de seleção). Alguns extratos desse material podem ser conferidos a seguir: “Gratidão ao TRT-13 por tamanha dedicação e por oportunizar à nossa população conhecimento e essa vivência mais próxima com o Tribunal e conseqüentemente com a justiça do trabalho. O projeto ‘TRT-13 em Movimento’ já é um sucesso e vai beneficiar ainda mais outras comunidades”, manifestação de Vitor Rodrigues, liderança da Associação Comunitária Agrícola de Muçumagro (ACAM); “Realmente foi uma honra termos sido contemplados pelas ações do ‘TRT 13 em movimento’. Com certeza muitas sementes foram plantadas e muitos resultados positivos foram alcançados. Espero que outras versões venham com a mesma energia e empenho de todos os envolvidos”, palavras da senhora Hosana Gomes, moradora de Muçumagro e líder da Central Única das Favelas (CUFA); “Foi muito proveitoso e produtivo esse evento. Estarei à disposição sempre”, impressão da senhora Joseane Santos Silva, líder do Quilombo Paratibe.

QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?

As dificuldades consistem na própria condição de vulnerabilidade social e econômica em que a maioria dos beneficiários encontra-se. Nesse sentido, foi necessário fornecer alimentação para os pais dos alunos, além de montar uma estratégia de atividades para que todos os discentes participassem das atividades propostas. Além disso, foi necessário montar estrutura adequada para o fornecimento de serviços na escola municipal, ou até mesmo na comunidade quilombola, uma vez que o lugar não possui estrutura básica. Contornado tais desafios, foi possível realizar o projeto acolhendo a população de Paratibe e Muçumagro.

EQUIPE

Recursos humanos (magistrados e servidores do TRT13); 02 Professores da UFPB, 03 bolsistas da UFPB e 02 servidores do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE.

EQUIPAMENTOS E SISTEMAS

Veículos para transporte, Data-Show, Microfone, lousas, sala de aulas de escolas e associações.

ORÇAMENTO

Orçamento próprio do TRT 13 e parceiros.

OUTROS RECURSOS

NÃO SE APLICA

COMO VOCÊ FICOU SABENDO DAS INSCRIÇÕES PARA O PRÊMIO INNOVARE?

redes sociais, sites

SENDO OUTRO, INFORME QUAL.

NÃO SE APLICA

